

ROMPENDO AS CERCAS DA IGNORÂNCIA: A PEDAGOGIA DO MOVIMENTO SEM TERRA COMO UMA EDUCAÇÃO PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Jessica Pereira Casali*
jessy_casali@hotmail.com
Josiane Peres Gonçalves**
josianeperes7@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade evidenciar a característica revolucionária e emancipatória da pedagogia do Movimento Sem-Terra (MST), o qual, alicerçado na educação, visa a transformação social e humana. A metodologia utilizada para a construção deste estudo é do tipo bibliográfica, embasada em livros e artigos científicos relacionados a temática e sustentada nos principais estudiosos da área de Educação do campo e da pedagogia do Movimento Sem Terra. O artigo encontra-se ordenado em três partes: a primeira descreve o processo metodológico, demonstrando o caminho percorrido para a elaboração do artigo. Na sequência será abordada a concepção de Educação no e do Campo o seu surgimento como um modelo de educação materializado pelos movimentos sociais rurais e na última parte discorre-se sobre a pedagogia do Movimento Sem Terra como uma educação voltada para a formação de seres humanos, capazes de romper com o ideal do capital e contribuir para a realização de um projeto de sociedade que seja mais justa, igualitária e democrática.

Palavras-chave: educação do campo; pedagogia; Movimento Sem Terra; transformação social.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Vivemos em uma sociedade marcada, historicamente, por uma profunda divisão de classes, causa da acentuada exclusão e desigualdade econômica e social vivenciada no país. Logo, não se pode ignorar o fato de que existem os opressores e, principalmente, os oprimidos que precisam se libertar da dominação que desumaniza os seres humanos e assim libertar também seus opressores, tal como, elucida Paulo Freire (1987).

É nesta perspectiva que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) pautava sua pedagogia, voltada para a formação de sujeitos pensantes e que constroem suas

* Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul Campus do Pantanal. Integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa em Desenvolvimento, Gênero e Educação (GEPDGE). Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa – Campus São Borja/RS. Integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa em Desenvolvimento, Gênero e Educação (GEPDGE).

** Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul Campus do Pantanal (CPAN/UFMS) e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação (FAED/UFMS). Líder do GEPDGE.

lutas na organização coletiva dos seus militantes, pois, “[...] ninguém liberta ninguém e ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão” (FREIRE, 1987, p. 29).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) surgiu no ano de 1984 e atualmente consiste em um importante movimento de luta social e de organização política no Brasil, cujo eixo central de ação é a mobilização pela Reforma Agrária, bem como, pela transformação social, fundamentado em um projeto de desenvolvimento nacional que tenciona a superação dos graves problemas estruturais do nosso país, como a desigualdade social e de renda, a discriminação de etnia e de gênero, a exploração do trabalhador, o acesso à educação pública e de qualidade, tendo como propósito efetivar um Projeto Popular para a sociedade (CALDART, 2001).

Brandão (2002) assinala que o objetivo dos movimentos populares não está restrito apenas a reforma de alguns setores da sociedade, assim como a questão agrária, por exemplo, mas a uma transformação completa do contexto atual, manipulada pelo sistema de produção capitalista vigente. Pois, assim como, declara Caldart (2000, p. 199) “[...] além de produzir alimentos em terras antes aprisionadas pelo latifundiário, também deve ajudar a produzir seres humanos ou, pelo menos, ajudar a resgatar a humanidade em que já a imaginava quase perdida”.

Destarte, como já mencionado, a Educação é uma das bandeiras de luta do movimento sem-terra, mais especificamente a Educação do Campo, com destaque para o direito a educação básica pública e de qualidade, voltada para uma pedagogia e práticas educativas adequadas à realidade do meio rural, pois é preciso uma proposta pedagógica que atenda aos interesses da população do campo, uma vez que a “[...] educação tem relação com cultura, com valores, com jeito de produzir, com formação para o trabalho e para a participação social” (KOLLING; CERIOLI; CALDART, 2002, p. 19).

No Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) tornar-se-á, a partir da década de 1980, o mais combativo e forte movimento social do campo. Um dos seus eixos de proposição e ação é o da educação, que se constituiu como uma necessidade no processo de construção e reconstrução do Movimento (ANTONIO; LUCINI, 2007, p. 182).

A Educação do Campo constitui-se como processo de luta social, de debate coletivo e de práticas educativas vinculados as lutas dos Movimentos Sociais do Campo, que concebem a educação como parte de um projeto político e social mais amplo e de mobilização “[...] por uma política educacional para as comunidades camponesas” (CALDART, 2008, p. 72).

Deste modo, neste estudo buscamos contextualizar a Educação do Campo, refletindo sobre este novo modelo de educação proposto pelos movimentos sociais rurais, detalhando as práticas para além do espaço escolar, isto porque a pedagogia do MST não se configura exclusivamente pela existência de um ambiente escolar, ou até mesmo por um conjunto de práticas especificamente escolares. Caldart (2000, p. 143) ressalta que “[...] não é possível compreender o sentido da experiência de educação no e do MST se o foco de nosso olhar permanecer fixo na escola”.

Assim sendo, o referido trabalho busca refletir sobre educação no e do campo, visto que o foco deste estudo não é apenas debater o direito a educação para a população da zona rural, mas também, apresentar a educação formada com base na realidade do campo. Caldart (2004) demonstrada que as preposições têm significados diferentes, pois, quando se menciona a educação “NO” campo, esta denota que “[...] o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive” e quando se fala de educação do “DO” campo, esta quer explicar que “[...] o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais” (CALDART, 2004, p. 27).

Ao mesmo tempo, dar-se-á uma atenção especial a pedagogia do MST, como uma educação que busca a emancipação dos sujeitos e a transformação social. Uma educação voltada para a formação de sujeitos sociais críticos, capazes de entender e contestar as práticas sociais impostas pela sociedade capitalista e transformar a realidade atual do país.

2 CAMINHO METODOLÓGICO

Este estudo consiste em uma pesquisa bibliográfica que, conforme Gil, (2007, p.44), “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Por conseguinte, é partindo do levantamento das referências bibliográficas, que o pesquisador pode conhecer o que já se estudou sobre determinado assunto, com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre um certo tema, fornecendo uma base teórica para a construção do artigo.

Destaca-se, ainda, duas questões norteadoras que serviram como base de investigação para a elaboração do estudo, que são: Como se constituiu e como se constitui a Educação no e do Campo proposta pelos movimentos sociais rurais? De que forma a pedagogia do Movimento Sem-Terra, contribuiu para a transformação social?

Partindo das questões norteadoras e do tema desta pesquisa, listamos os autores e as publicações que reúnem informações pertinentes a temática, voltadas para as áreas de educação no e do campo e da Pedagogia do Movimento Sem Terra. As principais bibliográficas elencadas para análise e elaboração deste artigo, foram: Pedagogia do Movimento Sem Terra (CALDART, 2000); Caderno de Educação, nº 8 – Princípios da Educação no MST (COLETIVO NACIONAL DO SETOR DA EDUCAÇÃO, 1996); Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE – SECAD/MEC, 2007) e os livros Educação como prática da Liberdade (FREIRE, 1967) e Pedagogia do Oprimido (FREIRE, 1987). Cabe destacar que da mesma forma que foram utilizadas as publicações já mencionadas, recorreu-se a outras produções que contribuíram para maior aproximação com a temática deste estudo.

3 A EDUCAÇÃO NO/DO CAMPO: PRÁTICA EDUCATIVA QUE SE CONSTRÓI COM BASE NA REALIDADE DA VIDA DO CAMPO

O acesso ao conhecimento da população do meio rural, por meio do sistema educacional brasileiro, ocorreu aos poucos uma vez que a composição da educação para o campo está marcada pelas inúmeras transformações sociais e pelos diferentes momentos históricos e políticos do país (CALAZANS, 1993).

A educação no campo adveio em um determinado período da história do Brasil, em que se evidencia uma preocupação especial em promover a educação nas áreas rurais para conter a onda migratória que levava um grande contingente populacional do campo para as cidades, o que causava sérios problemas habitacionais e contribuía para crescimento da pobreza (SECAD/MEC, 2007). O que marca esse transcurso é um sistema educacional elitista, ofertado para uma minoria da população e que se organizava conforme os interesses capitalistas e em benefício da burguesia brasileiras e do Governo. Leite (2002, p. 14) afirma que:

A educação rural no Brasil, por motivos sócio-culturais, sempre foi relegada a planos inferiores e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente na expressão: “gente da roça não carece de estudos. Isso é coisa de gente da cidade.

Durante um longo período, a educação destinada às populações do campo foi inspirada em um modelo de ensino das escolas urbana que não condizia com a realidade da vida dos camponeses, pois delineava-se, no imaginário da sociedade, que para viver no campo, não eram necessários amplos conhecimentos e que para os trabalhadores do interior, não havia necessidade da mesma formação escolar oferecida as classes burguesas da cidade.

Esta visão do campo como um espaço que tem suas particularidades e que é ao mesmo tempo um campo de possibilidades de relação dos seres humanos com a produção das condições de existência social confere à Educação do Campo o papel de fomentar reflexões que acumulem força e espaço no sentido de contribuir na desconstrução do imaginário coletivo sobre a visão hierárquica que há entre campo e cidade (FERNANDES, MOLINA, 2005, p. 68).

É possível perceber que a história da educação no campo foi marcada, intensamente, pelo abandono do poder público. Mas, como forma de resistência, surgiram diversas ações dos movimentos sociais, populares e sindicais que juntos, debatiam sobre os interesses e a realidade da população do campo, propondo, dessa forma, iniciativas que defendem o meio rural como espaço de diversidade cultural e, portanto, territórios que demandam políticas direcionadas a essa realidade e não uma mera adaptação do que é elaborado no meio urbano.

A superação de uma educação do campo, percebida apenas como uma formação mercadológica, em favorecimento às classes burguesas e com um ensino superficial e distante da realidade rural é recente, já que a concepção de educação do campo foi constituída após uma longa trajetória de lutas e discussões no interior dos movimentos sociais e das entidades e representações civis.

A Educação do campo se coloca em luta pelo acesso dos trabalhadores ao conhecimento produzido na sociedade e ao mesmo tempo problematiza, faz a crítica ao modo de conhecimento dominante e à hierarquização epistemológica própria desta sociedade que deslegitima os protagonistas originários da Educação do campo como produtores de conhecimento e que resiste a construir referências próprias para a solução de problemas de uma outra lógica de produção e de trabalho que não seja a do trabalho produtivo para o capital (CALDART, 2009, p. 38).

A educação destinada a população do campo, por muito tempo foi vista como um favor concedido pelo poder público, no qual restringia o ensino apenas em instruir os sujeitos com relação as atividades laborais necessárias para a vida cotidiana e que servia ainda, como mecanismos de controle dos camponeses. Foi somente a partir da Constituição de 1988 que a legislação brasileira passou a contemplar as especificidades das pessoas que viviam nas áreas rurais (SECAD/MEC, 2007).

Com a aprovação da Carta Magna de 88 e a partir do processo de redemocratização do país, um grande debate foi realizado em torno dos direitos sociais da população do campo, ao mesmo tempo em que se conseguiu aprovar políticas de direitos educacionais bastante significativos, materializando o compromisso do Estado e da sociedade brasileira em promover a educação para todos.

Assim, fazia-se necessária a elaboração de uma educação que atendesse as necessidades existentes no campo e que defendesse os direitos de uma população de pensar o mundo com base do meio onde vive e da sua realidade cotidiana. A educação no campo, segundo a Souza (2008, p.1098), “[...] expressa a ideologia e força dos movimentos sociais do campo, na busca por uma educação pública que valorize a identidade e a cultura dos povos do campo”. Delineando uma escola política e pedagogicamente vinculada a história, cultura e as causas sociais e humanas dos sujeitos do campo (KOLLING, CERIOLI; CALDART, 2002).

Mesmo diante de importantes avanços para o fortalecimento da concepção de educação do campo, percebe-se que ainda existem resquícios de educação rural voltada para agronegócio, o uso de agrotóxico, na proteção dos latifúndios e a produção destinada à exportação (OLIVEIRA; SANTOS, 2011). E as escolas do campo, frequentemente sofrem com a falta de políticas públicas que atendam realmente às suas necessidades, assim, é preciso buscar continuamente novas alternativas para continuar avançando e rompendo as barreiras e as ideologias de uma educação deixada em segundo plano.

Educação é um direito social e não uma questão de mercado. A educação enquanto organizadora e produtora da cultura de um povo e produzida por uma cultura - a cultura do campo – não pode permanecer seguindo a lógica da exclusão do direito à educação de qualidade para todos e todas (MUNARIM, 2009, p. 10).

É importante reorganizar os modelos educacionais, valorizando as especificidades do campo, para que as crianças e os jovens atendidos por este ensino tenham uma aprendizagem transformadora, voltada para uma educação mais crítica e emancipatória. O que atualmente só acontece, graças mobilização e a luta dos Movimentos Sociais Rurais e a influência do MST junto a diversos setores governamentais e da sociedade civil, que frequentemente se mobilizam pela educação do campo. De acordo com Branford e Rocha (2004, p. 157), “[...] onde quer que haja uma ocupação, acampamento ou assentamento do MST há uma escola”, evidenciando que a luta pela terra se tornou, também, uma luta por educação, por escolas, pelo direito de aprender”.

Assim, a educação do campo, expressa uma nova concepção quanto ao campo e o trabalhador camponês, pois valoriza os conhecimentos presentes na prática social dos camponeses e ressalta que o meio rural é um espaço de trabalho, moradia, lazer, sociabilidade, ensino e de luta (SOUZA, 2007). O campo é percebido não “[...] mais como lugar de atraso, mas de produção da vida em seus mais variados aspectos: culturais, sociais, econômicos e políticos” (ANTONIO; LUCINI, 2007, p. 183).

Os movimentos sociais defendem que o campo é mais que uma concentração espacial geográfica ou um local associado ao trabalho agrícola [...]. O campo é o cenário de uma série de lutas, disputas e embates políticos. É ponto de partida para uma série de reflexões sociais. É espaço culturalmente próprio, detentor de tradições, místicas e costumes singulares. O homem e a mulher do campo, nesse contexto, são sujeitos historicamente construídos a partir de determinadas sínteses sociais específicas e com dimensões diferenciadas em relação aos grandes centros urbanos. Assumir essa premissa pressupõe corroborar com a afirmação da inadequação e insuficiência da extensão da escola urbana para o campo (MARTINS, 2009, p. 5).

Fernandes e Molina (2005) argumentam que o campo é um espaço repleto de possibilidade para uma construção política, social e crítica. Cabe, portanto, à educação explorar essas muitas oportunidades de formar cidadãos capazes de transformar a realidade. E isso pode acontecer tanto dentro da escola quanto fora dela, visto que, além do conhecimento sistemático representado pela educação formal, existe também o aprendizado presente nas próprias lutas do Movimento, por meio da ocupação da terra, reuniões, manifestações públicas e a vida nos acampamentos e assentamentos.

Pautada em uma educação social emancipadora, que o MST sustenta suas bandeiras de luta, voltadas para a formação de seres humanos que entendam e contestem as práticas sociais impostas pelo modo de produção capitalista, uma vez que, assim, como profere Machado (2012, p. 69) é extremamente importante a “[...] educação social e suas práticas ocuparem os diferentes espaços onde a exclusão se manifeste, ocupar com ações sociais esses espaços, ações sociais que sejam ao mesmo tempo ações educativas”.

É nesse viés, voltado para uma educação popular e social, que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), constitui a sua pedagogia, direcionada para a realidade do povo do campo e para uma educação social emancipadora. Partindo desse novo modelo de sistema educacional e da forma que os movimentos rurais compreendem a educação, que na sequência será abordado como a pedagogia do Movimento Sem Terra, contribui para a formação de sujeitos críticos e participativos, capazes de transformar a realidade social do país.

4 SEMEANDO A SEMENTE: A PEDAGOGIA DO MOVIMENTO SEM TERRA, COMO UMA EDUCAÇÃO PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Assim, como constatou Paulo Freire, toda a educação é política, visto que ela está carregada de valores e ideologias, que configuram uma visão de mundo e de sociedade e que devem estar voltadas para a transformação social. O referido autor defende uma concepção de educação que possibilite aos sujeitos uma “[...] discussão corajosa de sua problemática. De sua inserção nesta problemática. Que o advertisse dos perigos de seu tempo, para que consciente deles, ganhasse a força e a coragem de lutar [...]” (FREIRE, 1967, p. 32).

É preciso compreender que a formação humana e social não se obtém apenas nos espaços escolares, mas permanentemente, mediante a relação dos sujeitos com o mundo e na convivência com as outras pessoas. É por acreditar nesses preceitos que os movimentos sociais populares formularam suas práticas formativas e educativas para além das salas de aula, pautadas em uma educação popular, a partir da ótica de uma educação social, que se destina a molda o indivíduo como ser de direito, na construção de sua cidadania, [...] para além da concepção de cidadania ‘burguesa’, de uma cidadania que não está presa ao Estado, mas [...] que leva em conta as particularidades dos grupos e dos indivíduos (MANZINI-COVRE, 1996, p. 82)

Nas leituras de Paulo Freire, ele expõe que, quanto se desvenda o que nos oprime, passa-se a construir formas de nos libertarmos. É partindo desta práxis que os movimentos sociais, mais especificamente o MST, fundamentam uma pedagogia própria do movimento, já que projetam em suas crianças, jovens e adultos valores que não são os mesmos cultivados por grande parte da sociedade atual.

O MST tem uma pedagogia. A pedagogia do MST é o jeito através do qual o Movimento historicamente vem formando o sujeito social de nome Sem Terra e que no dia a dia educa as pessoas que dele fazem parte. [...] A pedagogia do MST hoje é mais do que uma proposta. É uma prática viva, em movimento (MST, 2001, p. 19).

Em linhas gerais, a pedagógica do MST reformula a educação no campo, procurando dar conta dos complexos processos de desenvolvimento humano. Dentro de tal lógica, o Coletivo Nacional do Setor da Educação, organizou em 1996, algumas convicções que são

basilares para a educação no MST e que se segmentam em princípios filosóficos¹ e princípios pedagógicos², que delinearão a nova forma de se interpretar e praticar a educação, pensados a partir de uma educação social, voltada para transformação social, para a realidade e as necessidades do campo e como um processo permanente de formação e transformação humana (COLETIVO NACIONAL DO SETOR DA EDUCAÇÃO, 1996).

Estes princípios são fundamentais para a educação no MST, uma vez que estão conectados com a proposta adotada pela pedagogia do movimento sem-terra, pois se vincula inteiramente com os processos sociais que visam a transformação da sociedade atual, uma vez que para o fim das desigualdades sociais e para a construção da dignidade humana é imprescindível a luta por justiça social e por igualdade de direitos (MST, 1995).

É possível superar os problemas sociais vivenciados na atualidade, basta mudar as pessoas e sua capacidade de compreender o mundo (CALIMAN, 2010), está é a finalidade da educação social que visa “[...] ajudar a compreender a realidade social e humana, melhorar a qualidade de vida, por meio do compromisso com os processos de libertação e de transformação social nos quais vivem ou sofrem as pessoas” (NETO, 2010, p. 32).

A pedagogia do Movimento dos sem-terra influencia diariamente o seu povo para que se tornem atores dessas mudanças. De acordo com a Caldart (2000), a proposta pedagógica do MST está vinculada as convicções que fundamentam a existência do próprio Movimento, já que a sociedade idealizada está relacionada a um projeto de ser humano ou, no como destaca Paulo Freire, de humanização. Posto que, é na atuação coletiva do Movimento e por meio da intenção pedagógica de cada momento vivenciado no MST que o ser humano se constrói. Para Abreu (2006), em todos os espaços onde o povo se organiza em busca da justiça e da igualdade de direitos, está se colocando em prática a pedagogia do Movimento Sem Terra.

O MST coloca, portanto, que o dia a dia da educação dos Sem Terra em cada ocupação, em cada marcha, em cada acampamento e assentamento, representa passos do processo pedagógico e educativo. Assim, se torna possível resgatar uma humanidade quase perdida, e ajudar as pessoas a reaprender a ser humano (CARVALHO, s/d, p. 7).

O movimento é um espaço de formação humana, ética e politicamente comprometida com a produção de sujeitos capazes de realizar as transformações sociais cruciais para o país.

¹ Os princípios filosóficos dizem respeito a nossa visão de mundo, nossas concepções mais gerais em relação a pessoa humana, à sociedade, e ao que entendemos que seja educação (COLETIVO NACIONAL DO SETOR DA EDUCAÇÃO, 1996, p. 4).

² Os princípios pedagógicos se referem ao jeito de fazer e de pensar a educação, para concretizar os próprios princípios filosóficos (COLETIVO NACIONAL DO SETOR DA EDUCAÇÃO, 1996, p. 4).

O projeto pedagógico vivenciado pelo MST visa o desenvolvimento contínuo dos sujeitos, em suas várias dimensões, sejam elas humanas, sociais ou culturais, afim de que eles tenham o esclarecimento necessário para a sua emancipação diante da opressão vivida em uma sociedade controlada pelo modelo econômico capitalista. Paludo (2001, p. 82) pontua que a pedagogia do movimento sem-terra é “[...] como uma prática educativa que se propõe a ser diferenciada, isto é, compromissada com os interesses e a emancipação das classes subalternas”.

Enfatiza-se ainda que a pedagogia do movimento Sem Terra não cabe exclusivamente aos espaços de educação não-formal³, mas também aos ambientes escolares, pois envolve a vida como um todo e deve ser vivenciada em todos os espaços e momentos que compõem o movimento. O MST vem demonstrando, em sua trajetória, que a escola pode fazer parte de seu movimento pedagógico, e que precisa dela para dar conta de seus desafios como sujeito educativo. Reconhecendo a importância dos espaços escolares para construção de uma sociedade preocupada com a transformação humana e social (CALDART, 2004).

O Movimento dos trabalhadores rurais Sem-Terra apresenta-se enquanto um ator social, que busca educar para uma determinada postura diante da vida, voltada para a permanente construção. Os Sem Terra se educam para as mudanças, pois é preciso transformar a terra, as pessoas, a sociedade, a história e o próprio movimento e assim se reinventar enquanto um sujeito político, capazes de transformar a realidade e fazer a diferença na reconstrução de nosso projeto de humanidade (CALDART, 2001). Esta é a raiz e a identidade pedagógica do MST.

O trabalho na terra, que acompanha o dia a dia do processo que faz de uma semente uma planta e da planta um alimento, ensina de um jeito muito próprio (que é também cultural, simbólico) que as coisas não nascem prontas, mas que precisam ser cultivadas; são as mãos do lavrador, da lavradora, as que podem trabalhar a terra para que chegue a produzir o pão. Este também é um jeito de compreender que o mundo está para ser feito e que a realidade pode ser transformada, desde que se esteja aberto para que ela mesma diga a seus sujeitos como fazer isto, assim como a terra vai mostrando ao lavrador como precisa ser trabalhada para ser produtiva (CALDART, 2001, p. 218).

Portanto, é possível afirmar que o MST deixará para seus descendentes uma herança bem maior do que as terras que conseguir tirar do domínio dos latifundiários, pois ensina diariamente para seus sem-terrinhas e para seus jovens um jeito diferente de ser humano e de

³ As práticas da educação não-formal se desenvolvem usualmente extramuros escolares, nas organizações sociais, nos movimentos, nos programas de formação sobre direitos humanos, cidadania, práticas identitárias, lutas contra desigualdades e exclusões sociais (GOHN, 2016, p. 61).

se posicionar diante das adversidades do seu tempo, alicerçados na longa trajetória de lutas do movimento sociais e fundamentados em um projeto popular para a humanidade, este é com toda certeza o legado que ficará para as gerações futuras (COLDART, 2001).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra conseguiu, por meio das suas lutas e resistência, colaborar expressivamente para construção social, política e histórica do Brasil. Ao longo dos seus mais de 30 anos de existência, marcados por significativas conquistas, o movimento passou por um período de inúmeras mudanças que contribuíram para a sua formação enquanto um movimento social, que atualmente, se organiza e luta não apenas pela reforma agrária, mas pela transformação da sociedade e pela emancipação humana.

Esse caráter transformador ocorreu em virtude do projeto educacional e político, denominado de Pedagogia do Movimento Sem Terra, que se fundamenta em princípios que estão diretamente ligados a uma visão de mundo livre de opressões e de desigualdades sociais e econômicas. A pedagogia do MST busca a formação de seres humanos capazes de romper com o ideal do capital e de superar a sociedade de classes. Dessa maneira, vislumbra-se uma educação alicerçada na própria luta do movimento, que está baseada em valores capazes de delinea um ser social e político e o prepara para viver em sociedade.

De fato, é esta pedagogia como uma educação transformadora, que se deseja para toda a sociedade, por ser uma educação que se contrapõe ao projeto educacional de escola do capital, o qual os educandos serão os atores responsáveis pela transformação e pela emancipação humana.

A Pedagogia do Movimento Sem Terra convoca a sociedade para uma transformação social, instigando mudanças também no ensino atual, pois é preciso se desvencilhar dos antigos métodos pedagógicos, voltados para ensino padronizado, tecnicista, mecanizado ou como nos ensinou Freire (1987) uma “educação bancária”, que só serve a uma sociedade desigual, direcionada aos interesses das classes burguesas e às demandas do mercado capitalista. A educação das gerações futuras, deve moldar sujeito crítico, que possam interferir em sua realidade e assim construir um projeto de sociedade que seja mais justa, igualitária, democrática e livre.

BREAKING THE FENCE OF IGNORANCE:

THE PEDAGOGY OF LANDLESS MOVEMENT AS AN EDUCATION FOR SOCIAL TRANSFORMATION

ABSTRACT

The present work aims to highlight the revolutionary and emancipatory characteristic of the pedagogy of the Landless Movement (MST), which, based on education, aims at social and human transformation. The methodology used for the construction of this study is of the bibliographic type, based on books and scientific articles related to the theme and sustained in the main scholars of the area of Education of the field and the pedagogy of the Landless Movement. The article is organized in three parts: the first describes the methodological process, demonstrating the way forward for the elaboration of the article. In the sequence will be approached the conception of Education in and of the Field its emergence as a model of education materialized by the rural social movements and in the last part it is discussed on the pedagogy of the Landless Movement as an education directed to the formation of human beings, capable of breaking with the ideal of capital and contributing to the realization of a project of society that is more just, egalitarian and democratic.

Keywords: Field education; pedagogy; Landless Movement; social transformation.

REFERÊNCIAS

ABREU, Mara Vanusa. **Formação de educadores:** em busca de alternativas. Veranópolis: ITERRA/UERGS, 2006.

ANTONIO, Clésio Acilino; LUCINI, Marizete. Ensinar e aprender na educação do campo: processos históricos e pedagógicos em relação. **Caderno Cedes.** v. 27, n. 72, p. 177-195. Campinas, maio/ago. 2007. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso: 05/dez/2017.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação popular na escola cidadã.** São Paulo: Vozes, 2002.

BRANFORD, Sue. ROCHA, Jan. **Rompendo a cerca:** a história do MST. São Paulo: Casa Amarela, 2004.

CALAZANS, Maria Julieta Costa. Para compreender a Educação do Estado no meio rural. In: THERRIEN, Jacques; DAMASCENO, Maria Nobre. (Orgs.). **Educação e escola no campo.** Campinas: Papyrus, 1993.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra.** Petrópolis. Vozes, 2000.

_____. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Revista Estudos Avançados.** São Paulo, v. 15, n. 43, 2001.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para construção do Projeto político e Pedagógico da Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS; Sônia Meire Santos Azevedo de (Orgs.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo.** Brasília: Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo”, 2004.

_____. Sobre Educação do Campo. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos (Org.). **Por uma educação do campo**: Campo, Políticas Públicas, Educação. Brasília: INCRA/MDA, 2008.

_____. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-64, mar/jun. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v7n1/03.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2017.

CARVALHO, Natália Dayrell de. **A proposta de educação e a pedagogia do MST**. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/cursos/geografia/CDROM/Anais.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2017.

COLETIVO NACIONAL DO SETOR DA EDUCAÇÃO. **Caderno de Educação**, n. 8. Princípios da Educação no MST. Porto Alegre, 1996.

FERNANDES, Bernardo Maçando; MOLINA, Mônica Castagna. O campo da Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de. (Orgs.). **Por uma educação do campo**: contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo. 2. ed. Brasília, DF: Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo”, 2005.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo. Editora Atlas, 2007.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal nas instituições sociais. **Revista Pedagógica**. v. 18, n. 39, set./dez. 2016.

LEITE, Sergio Celani. **Escola rural**: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 2002.

KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salette. **Educação do campo**: Identidade e políticas públicas. Brasília, 2002.

NETO, João Clemente de Souza. Pedagogia Social: A formação do Educador Social e seu campo de atuação. **Caderno de Pesquisa em Educação**, Vitória, v.16, n. 32, p.29-64, jul/dez. 2010.

MACHADO, Evelcy Monteiro. **Educação Social e relações com especificidades socioeducativas**. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n4v1/25.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2017.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. **O que é cidadania?**. São Paulo: Braziliense, 1999.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Acompanhamento às escolas. **Boletim de Educação**. São Paulo, n. 8, jul. 2001.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Programa de Reforma Agrária. **Caderno de Formação**, n. 23, São Paulo. 1995.

MUNARIM, Antônio. Educação na Reforma Agrária: gênese da Educação do Campo no Brasil. In: FETAEMG. **Educação do Campo**: rompendo cercas, construindo caminhos. Disponível em: <<http://www.fetaemg.org.br/wp-content/uploads/2011/07/educacao-do-campo-2-edicao.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2017.

OLIVEIRA, Lia Maria Teixeira de; SANTOS, Ramofly Bicalho dos. Educação do campo e atores político-institucionais: construindo novos processos identitários na Universidade? In: BERENBLUM, Andrea; OLIVEIRA, Lia Maria Teixeira de. (Orgs.). **Educação**: diálogos do cotidiano. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2011.

PALUDO, Conceição. **Educação popular em busca de alternativas**: uma leitura desde o campo democrático e popular. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE (SECAD/MEC). **Educação do Campo**: diferenças mudando paradigmas. Brasília, 2007.

SOUZA, Maria Antonia. **Educação do campo**: propostas e práticas pedagógicas do MST. Petrópolis: Vozes, 2006.

_____. Educação do campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 105, p. 1089-1111, set./dez. 2008.

Recebido em 28 de abril de 2018. Aprovado em 24 de maio de 2018.